

Dois aspectos da palavra.

As línguas da humanidade podem ser classificadas, quanto à sua estrutura, em três tipos gerais: as línguas flexionais, as isolantes e as aglutinantes. O primeiro tipo, ao qual pertencem as nossas línguas indogermânicas, forma as suas frases com palavras. O segundo tipo, ao qual pertencem, por exemplo, as línguas chinesas, constroem suas frases com sílabas inflexíveis. O terceiro tipo, ao qual pertence, por exemplo, o esquimó, cola as suas frases com prefixos, sufixos, infixos e núcleos adesivos. Frases são pensamentos. Os pensamentos da chamada "humanidade ocidental" são frases de línguas flexionais. Consistem, portanto, de palavras, isto é: conceitos. O conceito é, para nós ocidentais, o elemento do pensamento, porque a palavra é, para nós, o elemento da frase. Essa estrutura do nosso pensamento é fundamental, de modo que uma estrutura diferente é, para nós, impensável. Aceitamos essa estrutura sem crítica e ingenuamente. Não podendo pensar a não ser com conceitos, presumimos tácitamente que nenhum outro tipo de pensamento é possível. A nossa tradição filosófica opera com essa premissa tácita. Ela presume que todo pensamento é analisável, em tese, em conceitos, isto é: analisável logicamente. Entretanto, essa premissa é falsa. Sómente pensamentos de línguas flexionais são analisáveis logicamente, porque são frases analisáveis em palavras. "Lógica" e gramática das línguas flexionais são sinónimos. "Lógica" vem de "logos" = palavra. Ela é, portanto, a investigação da palavra. Pensamentos em línguas que não consistem de palavras não são analisáveis logicamente, embora sejam analisáveis em base de critérios diferentes e inaplicáveis ao nosso tipo de pensamento.

Dada essa estrutura fundamental do nosso pensamento, é nos vedada uma penetração autêntica de um tipo de pensamento diferente, (por exemplo de um pensamento chinês ou esquimó). Uma tentativa de penetração equivale a uma tentativa de tradução. Essa tentativa de tradução desvirtua, entretanto, o pensamento original, alterando-lhe a estrutura. Os nossos intelectos, informados como são pela estrutura das línguas flexionais, transformam tudo que consideram em pensamentos lógicos, qual mãos que transforma tudo que toca em ouro. A contemplação de pensamentos isolantes e aglutinantes por um intelecto flexional não favorece, portanto, a sua compreensão. Favorece, isto sim, a compreensão de seu próprio tipo de pensamento, já que o coloca numa perspectiva menos ingenua e mais adequada. Suspeitaremos, doravante, que as chamadas "categorias do conhecimento" da nossa tradição filosófica não são categorias da "razão

pura" per se, mas tão somente categorias do pensamento do tipo flexional.

Consideremos que influência esta retificação da perspectiva poderá ter sobre a teoria do conhecimento.

Tradicionalmente o conhecimento é concebido como sendo "adaequatio intellectus ad rem" (adequação do intelecto à realidade). Um pensamento é conhecimento, ele é "verdadeiro", se e quando espelha a "realidade". Essa realidade é, para falarmos com Wittgenstein, o "Sachverhalt", isto é a relação e o comportamento das coisas entre si. A estrutura do "Sachverhalt" é idêntica com a estrutura do pensamento "verdadeiro" que é um conhecimento. Entretanto, como dissemos, a estrutura do pensamento é, em nosso caso, a estrutura das línguas flexionais. Não podemos, ingenuamente, identificar essa estrutura com a estrutura da "realidade", já que há línguas de estrutura diferente. Essas línguas de estrutura diferente devem, forçosamente, conter pensamentos "verdadeiros", sob pena de serem um balbuciar insignificativo. Em consequência devemos abandonar o conceito tradicional do "conhecimento" e da "verdade".

Tomemos, como exemplo, o pensamento "verdadeiro" que é um conhecimento: "O rio corre ao mar". O pensamento consiste, se analisado logicamente, de duas palavras substantivas: "rio" e "mar", e uma palavra verbal: "corre". (Desconsideremos, para simplificar, as palavras "o" e "ao".) De acordo com o conceito clássico este pensamento é "verdadeiro" porque espelha, em sua estrutura, um "Sachverhalt", o qual, por sua vez, consiste de duas substâncias: "rio" e "mar", e uma relação e comportamento entre elas: "corre". Com efeito: a realidade é concebida como sendo uma estrutura consistente de substâncias relacionadas entre si por processos, estrutura essa espelhada pela estrutura do pensamento "verdadeiro". Essa concepção envolve, entre outras, a seguinte dificuldade: As substâncias, espelhadas no pensamento pelos substantivos, "substância" o processo. São, com efeito, a "realidade imutável" parmenidiana. O processo, espelhado no pensamento pelo verbo, "realiza" as substâncias. É, com efeito, a "realidade em fluxo" heraclitiana, e o "rio" em questão é o rio heraclítico. Esta dificuldade não tem sido nunca autenticamente resolvida, mas tão somente recalçada, pela discussão filosófica. Ela é, entretanto, um problema puramente linguístico, como o são muitas das dificuldades do conhecimento. Nada tem a ver com a "realidade". Os nossos pensamentos consistem de palavras que podem ser classificadas em substantivos e verbos. O chinês desconhece substantivos e verbos, mas articula, não obstante, pensamentos "verdadeiros".

Este argumento conduz à seguinte afirmativa: A "realidade em si" é inconcebível, impensável, inarticulável, como aliás Kant provou definitivamente. O nosso intelecto concebe "algo", e este "algo" são conceitos, isto é palavras de diversas funções dentro do pensamento, por exemplo substantivos e verbos. Intelectos informados por uma estrutura diferente da nossa nada concebem, já que desconhecem conceitos (palavras), embora experimentem "algo", e este "algo" é, por definição, inconcebível, portanto não pode ser experimentado por intelectos do nosso tipo.

As palavras que concebemos são símbolos. Apontam para fóra, substituem "algo", significam "algo". A maioria das palavras significam outras palavras ou grupos de palavras. Por exemplo: a palavra "gravidade" significa o grupo de palavras "corpos se atraem", e a palavra "g" significa a palavra "gravidade". Há, entretanto, outros tipos de palavras, mais especialmente os "nomes próprios". Estas apontam para fóra da língua, significam "algo" extralinguístico. Por exemplo: "João da Silva" ou "isto aqui". O significado do primeiro tipo de palavra pode ser apreendido, compreendido e articulado, isto é: pode ser discutido. O significado do segundo tipo de palavra, por ser extralinguístico, é, por definição, indiscutível. Este segundo tipo de palavras é o dado bruto do intelecto, a ser aceite sem discussão. A discussão, que é a totalidade da atividade intelectual, é limitada, por definição, ao campo da língua. No caso de intelectos do nosso tipo, ela é limitada à manipulação de palavras.

Consideremos, sob este prisma, a atividade intelectual chamada "ciência". Ela é, com efeito, um método poderoso do intelecto flexional de afastar-se dos nomes próprios. Embora possa parecer uma disciplina de investigação da realidade, e o possa parecer aos próprios intelectos empenhados nessa atividade, ela é, com efeito, uma disciplina linguística. O primeiro passo da atividade científica é a "observação", isto é o chamar de um nome próprio, por exemplo: "isto aqui". O último passo da atividade científica é a "aplicação", a "técnica", isto é o proclamar de um nome próprio, por exemplo: "este instrumento". Todo o resto da atividade científica, todo este arco majestoso que a ciência constroi entre os dois nomes próprios, é uma manipulação de palavras do primeiro tipo, isto é de símbolos que significam outros símbolos. Por exemplo: hipóteses, teorias, leis. Essa manipulação de palavras obedece a estrutura das línguas flexionais, é lógica. Constatando, como consiste, de símbolos de segundo grau, é perfeitamente apreensível, compreensível e articulável. Os dois nomes próprios que lhe são fundamento são, entretanto, indiscutíveis. As perguntas do tipo: "o que conhece a" e "porque funciona a ciência" carecem, portanto, de significado.

Os nomes próprios que a ciência proclama "observando" e "aplicando" precisam ser aceites pelo intelecto como dados brutos, sem discussão, num ato de fé muda numa realidade ulterior à língua. Entretanto, esse ato da fé é dispensável quanto às palavras secundárias da ciência. A pretensa realidade de conceitos científicos como "átomo", "gen", "complexo de Édipo" ou "lei da oferta e demanda" é um mito. São palavras que significam outras palavras, e nada têm a ver com a realidade. A ciência funciona como funciona, porque é uma cadeia de palavras que se afastam progressivamente dos nomes próprios. A matematização das ciências avançadas é uma demonstração desse progresso. A matemática é uma língua flexional que pretende eliminar os nomes próprios do seu léxico. É portanto o ideal da linguagem científica. Esta estrutura matemática da ciência nada tem a ver com a realidade. É tão somente consequência do tipo de língua na qual pensamos. A famosa frase de Newton: "Deus é matemático" é fruto de uma ingenuidade linguística.

O argumento, pela maneira como foi conduzido até aqui, tem por finalidade tornar um pouco mais plausível a tese defendida neste artigo, segundo a qual são as palavras os responsáveis por todo conhecimento do qual são capazes intelectos do nosso tipo. Essa tese não pode jamais esperar de tornar-se inteiramente plausível. Ela contradiz o senso comum, o qual afirma a correspondência entre pensamento e realidade, imperturbado por qualquer argumento. A voz do senso comum não pode ser autenticamente calada. Ele representa uma força extra-intelectual, inatingível pelo intelecto. Com efeito, ela é idêntica com aquela fé muda no significado ulterior dos nomes próprios que já tem sido mencionada. É dessa fé que brota o intelecto. O máximo que o presente argumento pode atingir é a eliminação dessa fé da discussão. A fé, que neste caso especifico toma a forma do senso comum, é o fundamento indiscutível de toda atividade intelectual, e precisa ser eliminada dessa atividade, se esta quiser ser rigorosamente articulada.

Desta maneira ficou vagamente delineado um aspecto da palavra, a saber o seu aspecto epistemológico: a palavra como responsável por todo conhecimento do qual são capazes os nossos intelectos. Há, entretanto, um segundo aspecto, intimamente ligado ao primeiro, o qual precisa ser iluminado, se este argumento quiser reivindicar alguma plenitude. Este segundo aspecto diz respeito à vivência que temos do mundo dentro do qual estamos jogados. É o aspecto ontológico da palavra.

Antes de abordar este aspecto, tentemos enquadrar a presente argumentação no conjunto da tradição filosófica. A imagem do intelecto como tear de pensamentos que utiliza palavras por fios, (imagem que esta argumentação provoca), parece localizar a argumentação no campo do racionalismo. Entretanto, a imagem é inadequada. O intelecto, em contraste com o tear, pode produzir seus próprios fios, pode criar palavras. A criação de palavras, a produção de conceitos, é uma atividade intelectual que se processa dentro de um clima de inspiração poética que o racionalismo é incapaz de captar. O racionalismo contempla o intelecto de um ângulo restrito e, conseqüentemente, toda uma dimensão do intelecto, (a dimensão poética), fica excluída de seu campo de visão. A posição defendida no curso desta discussão não deve, portanto, ser confundida com a posição racionalista. Ela está, entretanto, em contradição com a posição empirista e sua afirmativa: "Nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensibus" (nada está no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos). A posição empirista é insustentável na luz da presente argumentação. As palavras de segundo grau os símbolos que significam outros símbolos, certamente nunca estiveram nos "sentidos", embora estejam no intelecto. Mas se, num esforço de salvar o empirismo, quizessemos reduzir o seu escopo à afirmativa: "Os nomes próprios estiveram nos sentidos", verificaríamos que essa afirmativa é circular. A palavra "sentidos" é, neste contexto, um sinónimo de "inarticulado", embora ela se dê ares de ter um significado fisiológico, significado este completamente alheio ao presente argumento. Despida de sua máscara pseudo-fisiológica, a afirmativa reduzida do empirismo afirma: "Os nomes próprios, antes de serem articulados, eram inarticulados". Não podendo ser considerada esta formulação como tentativa feliz, a posição empirista, mesmo restrita, deve ser abandonada. Hume provou, aliás, o mesmo com uma argumentação diferente.

A posição agora assumida pode parecer-se com a do nominalismo radical no sentido medieval. Entretanto, esta semelhança é enganadora. Sabemos que, historicamente, o nominalismo deu origem à posição empirista, embora isto possa parecer paradoxo. A explicação deste desenvolvimento histórico está na atitude dos nominalistas em face do nome próprio. Enquanto que as palavras de segundo grau (os "universalia"), eram para eles meros "flatus vocis" (hálitos da voz), os nomes próprios eram considerados "realia" (realidades). Trata-se de uma distinção extra-intelectual, portanto justamente de uma distinção daquele tipo que a presente argumentação se esforça por evitar. Embora o significado dos nomes próprios seja indiscutível, não se distinguem eles em nada, intelectualmente, das

demais palavras. O intelecto opera, indistintamente, com qualquer tipo de palavra. A tentativa nominalista é uma tentativa de superar a língua linguisticamente e é, por isto, fadada ao malogrô. A posição assumida no curso desta discussão parte do nominalismo com o fite de supera-lo.

As palavras, sejam elas nomes próprios ou de segundo grau, são o material dentro do qual o intelecto está jogado e do qual o intelecto está composto. O intelecto, em sua projeção, nada encontra e não ser palavras e consiste, ele próprio, de nada a não ser palavras. O intelecto manipula palavras com palavras. O intelecto existe ("ist da") em palavras e tudo que lhe é disponível ("vorhanden") são palavras. Para usarmos uma expressão de Russell, são as palavras o "neutral stuff" (material neutro) com o qual e dentro do qual o intelecto funciona. Porque neutro? Aquilo que chamamos "ideia" é o aspecto introspectivo da palavra, é a palavra tal qual ela é experimentada dentro do intelecto. Aquilo que chamamos "materia" é o aspecto extrospectivo da palavra, é a palavra tal qual ela é experimentada ao ser encontrada e apreendida pelo intelecto. A dicotomia "materialismo ou idealismo" é intelectualmente falsa. Não existe essa dicotomia. O idealismo ilumina o aspecto introspectivo ("daseiend") da palavra. O materialismo ilumina o aspecto extrospectivo ("vorhanden") da palavra. Ambos iluminam, de dois ângulos diferentes, o mesmo dado ontologicamente primordial: a palavra. E ambos, por estarem presos ao seu ponto de vista restrito, perdem a visão integral da palavra. Estão cada um de seu modo preconceitados contra a palavra, incapazes portanto de compreender que a palavra é o lugar geometrico sobre o qual uma síntese dialectiva dos seus dois pontos de vista pode dar-se.

Localizada, desta maneira, a posição defendida no curso desta discussão, no conjunto da conversação filosófica, podemos passar a considerar o aspecto ontológico da palavra. Podemos considerar aquilo que é, para o nosso tipo de intelecto, a realidade. Desse logo podemos caracterizá-la por duas características: ela é limitada e se expande. Está limitada pelo número de palavras disponíveis, e expande-se na medida que novas palavras surgem. A realidade pode ser comparada aos cosmos da cosmologia moderna, o qual explode expandindo-se em todas as direções, as quais são, todas elas, direções do nada. Cada intelecto individual, sendo o lugar onde palavras são apreendidas e compreendidas, é o centro de realidade. E cada intelecto individual, sendo o lugar onde surgem palavras novas, é o horizonte da realidade em avanço. Essa re-

alidade é ordenada, ela é um cosmos. As palavras se agrupam ordenadamente em frases de acôrdo com regras pré-estabelecidas. Entretanto essas regras, embora pré-estabelecidas, não são imutáveis. Pelo contrário, desenvolvem-se, ora simplificando-se, ora ampliando-se. Essas regras, de acôrdo com as quais as palavras se ordenam em frases, variam de língua para língua. Em consequência variam as regras, de acôrdo com as quais os conceitos se ordenam em pensamentos, de língua para língua. Em consequência, varia a estrutura da realidade de língua para língua. As famosas e famigeradas "categorias da realidade", regras gramaticais que são fundamentalmente, variam de língua para língua. A limitação e a expansão da realidade tem portanto diversos horizontes. A realidade é limitada pelo número de palavras, pelas regras das diferentes línguas, e pelo número de conjunto de regras, (isto é pelo número de línguas). A expansão da realidade se processa pela produção de novas palavras, de novas regras gramaticais, e pelo aparecimento de novas línguas. Um dos exemplos mais elucidativos deste último tipo de expansão é o enorme enriquecimento da realidade pelo aparecimento da matemática como língua nova, com suas regras e suas palavras. A possibilidade da tradução de língua para língua estabelece um elo, embora cheio de dificuldades teóricas e práticas, entre as diferentes realidades, autorizando-nos, embora precariamente, de falar em "uma realidade". O mesmo elo, visto introspectivamente, é representado pela participação de um intelecto poliglota de realidades de diversas línguas. Essa tradução e essa participação são possíveis, porque a estrutura fundamental de todas as línguas do tipo alexical é a mesma: é lógica. A realidade, a qual somos e dentro da qual estamos jogados, é fundamentalmente lógica. A realidade é um processo do qual participamos. Conversando, participando da atividade linguística, estamos mantendo e propagando a realidade. Criando novas palavras, (novos conceitos), ou ordenando palavra em novos conjuntos, criando novas frases (pensamentos), estamos expandindo a realidade, estamos "realizando". Nessa atividade estamos, introspectivamente, realizando-nos, e, extrospectivamente, realizando "o mundo". Estamos conquistando parcelas do nada no território da realidade. Nessa atividade criadora de língua estamos, portanto, em situação de limite, em face do nada. Podemos portanto resumir o papel ontológico da palavra na afirmativa seguinte: cada palavra chama o nada e assim surge realidade. Neste sentido podemos dizer que a palavra, símbolo do nada que é, significa nada e é, justamente por isto, realidade.

Terá notado o leitor que a palavra "realidade", tal qual está sendo utilizada no curso deste trabalho, sofreu uma modificação de significado, sobre a qual é preciso chamar a sua atenção. Na discussão de aspecto epistemológico da palavra, "realidade" significava "realidade em si", e na discussão de aspecto ontológico da palavra, "realidade" significava "realidade para o intelecto informado por línguas flexionais". Essa modificação de significado pode dar origem a malentendidos, evitáveis se tivéssemos utilizado duas palavras diferentes. Entretanto, dada a convicção fundamental deste argumento quanto à importância da palavra para a discussão que é a realização do intelecto, a possível confusão dos dois significados de "realidade" representava um risco a ser enfrentado. A palavra, em seu aspecto epistemológico, procura significar "a realidade em si", e neste sentido ela desaponta. A palavra, em seu aspecto ontológico, procura ser a "realidade para o intelecto", e neste sentido ela cumpre. Estando, entretanto, estes dois aspectos intimamente ligados entre si, de modo que um é complemento do outro, o pensamento proposto nesta discussão pode ser pensado somente, se for utilizada a mesma palavra "realidade" em ambos contextos. A possível confusão é consequência da dificuldade que reside na tentativa de utilizar a língua como instrumento de pesquisa da língua. Este método de utilizar a língua contra si mesma é, entretanto, o único autêntico da especulação. É o método da filosofia, queira ou não queira ela confessá-lo.

Porque a realidade dentro da qual o intelecto está jogado e a qual o intelecto é, essa "realidade para o intelecto", não é um processo tão somente expansivo. Ela é também um processo refletivo. A realidade explode em direção de nada, criando novas palavras, novas regras, novas linguagens. Mas a realidade também se recolhe sobre si mesma, e a filosofia é o resultado dessa retirada, desse retiro. O intelecto, que é o centro e o horizonte da realidade, é também o lugar sobre o qual a realidade reflui, o intelecto "filosofa". A filosofia é o refluxo da realidade sobre si mesma dentro de um intelecto individual, é a palavra que não mais procura significar, mas procurar ser significada. Na filosofia a palavra não é mais sujeito, mas objeto da atividade. Ela não é mais ativa, mas passiva. Como, entretanto, o próprio intelecto que filosofa consiste de palavras, encontra a palavra em retirada, a palavra em procura de ser significada, a palavra como objeto, a palavra passiva, encontra essa palavra para recebe-la nada a não ser palav-



ras. A filosofia é portanto uma atividade linguística em duplo sentido. Ela é uma atividade linguística como qualquer outra atividade intelectual, porque o material com o qual trabalha são palavras. E ela é, ainda, uma atividade linguística, porque a finalidade de seu empenho são palavras. Isto distingue a filosofia de todas as demais atividades do intelecto: Na ciência, na arte, nos terrenos da "razão prática", o intelecto pretende ultrapassar a língua pela língua, ele procura expandir a realidade em busca de uma realidade ulterior, de acordo com a fé do senso comum no significado extra-linguístico da língua. Na filosofia, o intelecto procura penetrar a língua pela língua, abrindo mão, precariamente do significado extra-linguístico da língua. Esta qualidade refletiva da filosofia, que a distingue radicalmente de todas as demais atividades intelectuais de um lado, e dessa atividade extra-intelectual que é a fé religiosa do outro, não tem sido apreciada sempre devidamente pelos intelectos empenhados em filosofia. Entretanto, ela está se tornando sempre mais evidente, na medida que a pesquisa refletiva filosófica progride. As tradicionais querelas de competência por exemplo entre ciência e filosofia, ou entre religião e filosofia, são consequências da interpretação errada da filosofia pelos filósofos. Uma vez compreendida como disciplina que é da pesquisa da língua pela língua, a filosofia encontra o clima que lhe é apropriado, e que caracteriza todos os grandes intelectos filosóficos: o clima da distância, do *dégagement*, da ironia em face da procura do "algo" extra-linguístico, na qual as demais atividades intelectuais estão empenhadas.

O território da presente discussão é o território do intelecto. Nele reina, soberana, a palavra. A fé religiosa informa o intelecto, em mitos ou em parábolas, portanto em palavras, da existência de outros territórios, com verdades, conhecimentos e realidades diferentes e, quiçá, superiores. Entretanto, esses territórios são, por definição, inalcançáveis pelo intelecto. São indiscutíveis. O intelecto, quando se perscrutina filosoficamente, se choca contra os muros da língua que lhe barram o acesso a essas paisagens do silêncio. Esse próprio choque é prova de mais um horizonte da "realidade para o intelecto". O horizonte da fé muda, da qual, possivelmente, o intelecto surgiu para, possivelmente, desembocar novamente nela. A palavra, este elemento do intelecto, é, possivelmente, uma realização do inarticulado em direção do inarticulável, e a língua, como um todo, é o avanço do significado em direção do nunca significável. O "nada" do qual ela surge e para dentro do qual ela se expande, esse "nada" que é nada para o intelecto, é talvez aquilo do qual

tenta falar a fé ao intelecto com seus mitos e suas parabelas. Parece, pelo menos, que assim devem ser interpretados os testemunhos daqueles intelectos que travessaram o território do intelecto para emudecer. Entretanto, todas estas afirmativas, tentativas como são de articular o inarticulável, servem tão somente para demonstrar as limitações do intelecto, e nunca para supera-lo. Devem ser consideradas como escadas auxiliares, a serem abandonadas depois de alcançado o último degrau, como recomenda Wittgenstein num contexto um pouco diferente.

Os dois aspectos da palavra que este argumento se esforçou por iluminar devem ser, portanto, na opinião de quem escreve estas linhas, dois temas básicos, ainda os dois temas básicos, de toda especulação filosófica consciente de si mesma. Efetivamente, a discussão filosófica atual se orienta em parte nessa direção. Os problemas aqui delineados estão sendo atacados pelo menos de três lados: do lado existencial, do lado da lógica formal e do lado daquela corrente de pensamentos que estamos acostumados a chamar de "neo-kantianismo". O presente artigo é uma tentativa de contribuir, embora modestamente e com recursos muito limitados, para o progresso dessa discussão entre os pensadores brasileiros.